



# PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO GRANDE

Estado de São Paulo

## MENSAGEM

*Senhora Presidente,*

*Senhores Vereadores,*

<b>DESPACHO</b> INCLUA-SE NO EXPEDIENTE DA SESSÃO DO DIA  12 / 05 / 20 25  presidente
---

Tenho a honra de submeter, por intermédio de Vossa Excelência, à apreciação dessa Egrégia Câmara Municipal, o Projeto de Lei em anexo, que visa autorizar o Poder Executivo Municipal a realizar parcerias com pessoas físicas e jurídicas, com o fim de recebimento de imagens de câmeras instaladas em residências e prédios comerciais.

O intuito do presente projeto é ampliar os meios de fiscalização e vigilância no Município de Ribeirão Grande, introduzindo novas ferramentas e mecanismos visando coibir a criminalidade e implementando meios de identificação de autores de práticas delituosas.

Assim, solicito a aprovação do referido projeto, e em face da rescente onda de violência que assola nosso município, visando uma rápida resposta do Poder Público, que o projeto tramite pela via extraordinária.

Aproveito a oportunidade para reiterar os protestos de estima e consideração.

Atenciosamente,

  
**MARCELO LUIS NUNES**  
**PREFEITO MUNICIPAL**

**EXMA. SR.**  
**MARIA ANDRÉIA DA SILVA FERREIRA**  
**Presidente da Câmara Municipal**  
**RIBEIRÃO GRANDE – SP**

Câmara Municipal de Ribeirão Grande



PROTOCOLO GERAL 111/2025  
Data: 07/05/2025 - Horário: 13:28  
Legislativo



# PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO GRANDE

Estado de São Paulo

**Projeto de Lei Nº. 010 - De 07 de maio de 2025**

Autoriza o Poder Executivo a firmar parceria com pessoas físicas e jurídicas a fim de ampliar a vigilância social e dá outras providências.

**O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO GRANDE**, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais,

**FAZ SABER**, que a Câmara Municipal aprovou e é promulgada a seguinte Lei:

**Artigo 1º** - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a realizar parcerias com pessoas físicas e jurídicas, com o fim de recebimento de imagens de câmeras instaladas em residências e prédios comerciais.

**§ 1º** - O acesso as imagens dos sistemas de segurança privados dependerão da anuência expressa do proprietário/locatário do imóvel.

**§2º** - A anuência de que trata o parágrafo anterior será concedida pelo prazo mínimo de 12 meses, podendo sua duração ser prorrogada até o limite de 36 meses, sob pena de cancelamento da parceria.

**Artigo 2º** - A presente autorização contempla apenas a utilização de imagens captadas pelas câmeras de segurança residenciais e comerciais direcionadas às vias públicas e espaços públicos.

**Artigo 3º** - O Poder Executivo Municipal não estará obrigado a custear quaisquer instalações ou reparos em sistemas de segurança residenciais ou comerciais de que trata a presente autorização.

Afixado no local de costume, registrado na data supra.





# **PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO GRANDE**

Estado de São Paulo

---

**Artigo 4º** - A cessão de imagens de que trata a presente lei, é ato voluntário de apoio à  
Segurança Pública, não havendo qualquer contraprestação pecuniária ou técnica por parte da Administração Pública.

**Artigo 5º** - Está lei entra em vigor na data de sua publicação.

**MARCELO LUIS NUNES**  
**PREFEITO MUNICIPAL**